

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação recorde traz alívio a governo, mas mercado vê desaceleração ..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo economiza com uso do pix ..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recurso extra deve evitar bloqueio no Orçamento ..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com o Desenrola, inadimplência cai ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RS é novo ingrediente nas dúvidas sobre ritmo no resto do ano ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil e EUA vivem cenário semelhante para queda nos juros ..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalhadores de aplicativo: jornada aumenta e renda diminui ..... 16

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2024: Como declarar previdência complementar? ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI é contra expansão de itens da cesta básica ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Segundo projeto da reforma será enviado na próxima semana ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Controverso, Imposto Seletivo no setor mineral pode gerar até RS 10,8 bi ..... 22

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como a reforma tributária pode afetar a avaliação de empresas em processos de fusões e aquisições ..... 24

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cresce a taxa de deputados que veem governo com chances 'baixas' de aprovar suas pautas, diz Genial/Quaest ..... 26

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

<b>Brasil-EUA: Investir em capital humano é essencial para alavancar PIB brasileiro</b> .....	28
PORTAL UOL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
<b>Quaest: 43% dos deputados desaprovam relação do governo Lula com Congresso</b> .....	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Desenrola chega ao fim com R\$ 53 bi negociados</b> .....	32
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Presente de grego para o próximo presidente do BC - ZEINA LATIF</b> .....	33
O GLOBO - RJ - ESPECIAL BRASIL-EUA ECONOMIA	
<b>Cresce expectativa com juros americanos</b> .....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
<b>Expectativas pioram e reduzem espaço para corte de juros (Editorial)</b> .....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
<b>O desenho fiscal da ajuda federal ao Rio Grande do Sul (Artigo)</b> .....	38

# Arrecadação recorde traz alívio a governo, mas mercado vê desaceleração

**ALVARO GRIBEL E BIANCA LIMA | COLABORARAM  
DANIEL TOZZI MENDES, MARIANNA GUALTER e  
GABRIELA JUCÁ/SÃO PAULO**

Se o espaço extra no Orçamento pode abrir caminho para um desbloqueio de despesas no Orçamento - apesar da avaliação de especialistas de que parte dos gastos está subestimada -, do lado das receitas o clima era ontem de alívio no Ministério da Fazenda com a forte arrecadação acumulada nos quatro primeiros meses deste ano.

Os números divulgados pela **Receita Federal** foram recordes para o período, com uma cifra de R\$ 886,6 bilhões - o que representou um crescimento de 8,3% em termos reais, ou seja, já descontada a **inflação**.

A avaliação de técnicos da pasta é de que essa agenda arrecadatória tem se mostrado bem-sucedida, mas, ainda assim, será preciso vencer a disputa política dentro do governo para destravar uma ação mais efetiva de cortes de gastos.

Apesar da arrecadação forte em abril, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma que o governo terá de incorporar no relatório bimestral de receitas e despesas, que será divulgado hoje, pelo menos 60 dias de desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra, após decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin de sustar liminar que suspendia a prorrogação do benefício fiscal. Ou seja, incorporar uma perda de arrecadação estimada em R\$ 3,2 bilhões.

Na sua decisão, Zanin estabeleceu o prazo de dois meses para que governo e Congresso cheguem a um entendimento sobre projeto de lei que vai disciplinar o tema. Negociação semelhante acontece no caso dos municípios (mais informações na pág. B4).

"O mais prudente seria reservar para o ano todo (a perda de arrecadação), mas o governo não é obrigado, porque o que temos até agora é que a desoneração está valendo por 60 dias", afirmou Serrano, fazendo referência ao acordo firmado entre empresários, Fazenda e Congresso para que a desoneração seja mantida durante todo o ano de 2024, com reoneração gradual somente a partir de 2025.

**ARRECADAÇÃO.** A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 228,873 bilhões em abril, uma alta real (descontada a **inflação**) de 8,26% na comparação com abril de 2023 (quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 203,889 bilhões, a preços correntes). Já em relação a março, a arrecadação registrou avanço de 19,62% em termos reais.

Segundo a Receita, esse foi o melhor resultado para o mês de abril na série histórica, iniciada em 1995. O resultado das receitas veio levemente acima da mediana das expectativas das instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast, de R\$ 228,3 bilhões.

O Fisco destacou a melhora no desempenho da arrecadação do PIS/Cofins, com o retorno da tributação sobre os combustíveis.

Os dois **tributos** somaram R\$ 44,30 bilhões, um crescimento real de 23,38%.

Também contribuiu para o resultado no mês o crescimento da arrecadação com contribuição previdenciária e Imposto de Renda na fonte em razão do crescimento da massa salarial - com R\$ 52,79 bilhões.

A Receita ainda mencionou o desempenho da arrecadação do Imposto de Importação, em decorrência do aumento do volume em dólar das importações, taxa de câmbio e alíquotas médias. A arrecadação conjunta dos **tributos** foi de R\$ 8,071 bilhões, um crescimento real de 27,46%.

**DESACELERAÇÃO.** Segundo o economista-chefe do Banco BMG, Flavio Serrano, os números positivos ainda refletem o bom momento da atividade econômica doméstica ao longo do primeiro trimestre. Para ele, porém, com a perspectiva de arrefecimento da atividade à frente, o desempenho da arrecadação também deverá se moderar ao longo do ano, sobretudo a partir do segundo semestre.

"Quando chegar ali por junho, o desempenho da arrecadação já deve ser mais fraco", aponta.

Entre os vetores positivos, Serrano cita a arrecadação com royalties advindos da exploração de itens como minério de ferro e petróleo. "Tivemos um ambiente

favorável em termos de preço, mas com muita volatilidade. Isso coloca um pouco em dúvida se esse desempenho positivo vai se manter daqui para frente", avalia o economista.

A expectativa de Serrano é de que as leituras mensais da arrecadação federal sigam apresentando ganhos reais na comparação com 2023. Esse cenário positivo nas receitas, contudo, deve ser insuficiente para o governo chegar perto da meta de déficit primário zero neste ano.

"Continuamos vendo um déficit na casa de R\$ 90 bilhões, e não vamos mudar por enquanto", afirma. "Até achei que a parte dos gastos pudesse estar um pouco melhor, mas as despesas previdenciárias estão bem puxadas mesmo, por conta dos aumentos no salário mínimo." O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, também prevê arrefecimento da arrecadação federal nos próximos meses. "Exatamente por não termos novas rodadas de receitas extraordinárias", diz.

Sanchez frisa que o dado da arrecadação de abril mostra um quadrimestre ainda muito bom, mas produto de um crescimento que deve diminuir no futuro. "Não deixa a situação fiscal como um todo mais aliviada." A projeção de Sanchez é de uma arrecadação de R\$ 2,5 trilhões no ano.

"Seria mais prudente reservar para o ano todo (a perda de receita), mas o governo não é obrigado, porque o que temos até agora é que a desoneração está valendo por 60 dias" Fabio Serrano Economista no BTG Pactual

## VALORES

R\$ 228,8 bi foi o total arrecadado em **impostos** e contribuições federais em abril, de acordo com os dados da **Receita Federal**, o que representou um aumento real (acima da **inflação**) de 8,26% ante o mesmo mês de 2023

R\$ 886,6 bi é a arrecadação acumulada nos quatro primeiros meses de 2024, recorde para o período na série histórica da **Receita Federal**

R\$ 44,3 bi foi a arrecadação combinada de PIS e Cofins em abril, item destacado pela Receita para o resultado global. O número significou um crescimento de 23,3%

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo economiza com uso do pix

**THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA**

O uso do Pix pelo setor público pode representar apenas 1% do volume de transações do sistema de pagamentos instantâneos, mas está trazendo economias significativas para o governo. Um dos principais exemplos é o recolhimento do FGTS pelo Pix, que começou em março e tem potencial de economia de R\$ 180 milhões por ano para o fundo com a redução de 95% dos gastos com tarifas bancárias, segundo o Banco Central.

Não é um exemplo isolado. O Tesouro Nacional já economizou cerca de R\$ 10 milhões com a adoção da modalidade de pagamento na arrecadação de taxas e pagamentos de órgãos federais. Além disso, cresce a cada semestre o recolhimento de **impostos** via Pix.

## FILÃO DOS BANCOS

Essa nova fronteira do Pix invade um filão explorado pelos bancos. Analistas dizem que, para o setor privado, o impacto não é tão relevante e pode ser compensado com a procura menor por serviços em agências físicas para resolver questões burocráticas. Para José Daronco, analista da Su-no, o impacto maior será sentido pelos bancos públicos, como Caixa e Banco do Brasil, já que eles detêm a maioria dos convênios com a União: - É importante pela tendência. Se o governo está fazendo isso, as pessoas também estão. Todo mundo está mudando a forma de pagamento. Mas, no âmbito micro, os principais afetados são os bancos públicos.

Além dos ganhos na economia de recursos, a adoção mais generalizada do Pix no setor público reduz a burocracia. A modalidade permite maior controle da arrecadação e agilidade nos processos, permitindo a cidadãos e empresas acesso mais rápido a produtos e serviços ou a pagamentos. Outra vantagem é a capilaridade: o sistema tem quase 800 instituições financeiras participantes.

Atualmente, 668 órgãos da União usam o Pix como forma de pagamento, ainda que ele só seja obrigatório em dois casos: repagamento da folha de pessoal e recolhimento de FGTS, em fase de implementação. Já o Guia de Recolhimento da União (GRU) via Pix é adotado por 134 órgãos. Segundo o Ministério da Fazenda, a intenção é ampliar o uso do Pix pelas unidades do governo federal, embora a modalidade de pagamento seja uma escolha de cada órgão.

Em todo o país, já são mais de 15 mil usuários únicos da administração pública no Pix, conforme o Banco Central. O BC considera as operações relacionadas ao setor público, para recebimento ou pagamento, como uma das fronteiras de crescimento mapeadas para o Pix, que está em trajetória ascendente após quase quatro anos do lançamento, em novembro de 2020.

O sistema de transferências instantâneas está chegando a 5 bilhões de operações por mês, movimentando R\$ 2 trilhões. Já as transações envolvendo governos somaram quase 15 milhões em abril, ou R\$ 18 bilhões.

"Em geral, o uso do Pix no governo depende de ajustes nos sistemas de automação utilizados, o que demanda tempo e priorização de esforços. Há ainda bastante espaço para a ampliação do uso do Pix nesse segmento", afirmou o BC em nota.

O Pix passou a ser adotado como única forma de recolhimento do FGTS por todos os empregadores do país, à exceção de microempreendedores individuais (MEI) e empregadores domésticos, a partir de março, com recolhimento em abril. Segundo o Ministério do Trabalho, são 4,5 milhões de empregadores que passaram a usar a plataforma do FGTS Digital e, assim, o Pix. De acordo com as estatísticas do Pix, houve aumento de 73% no fluxo financeiro de empresas para o governo no quarto mês deste ano, para R\$ 5,7 bilhões.

Antes, o custo cobrado pelos bancos conveniados a cada transação relativa ao FGTS era de cerca de R\$ 2. Agora, pode ser de centavos. E a rede arrecadadora saiu de menos de 20 instituições financeiras para quase 800, considerando os participantes do Pix.

No lançamento da modalidade, o Ministério do Trabalho afirmou que a mudança promove a rapidez na arrecadação e no depósito de valores recolhidos nas contas vinculadas dos trabalhadores.

Em março, o Tesouro Nacional deu mais um passo na implementação do Pix como meio de pagamento, permitindo a mais de 40 mil unidades do governo federal a opção de pagamento por meio de QR Code ou Pix "cópia e cola". Logo no lançamento do Pix, o governo permitiu que os órgãos federais utilizassem a ferramenta para arrecadar receitas por meio de GRU. Em setembro de 2022, foram liberados os pagamentos para um único beneficiário, logo ampliado para uma lista de credores.

## ACESSO RÁPIDO A SERVIÇOS

No que tange à utilização do Pix como instrumento de arrecadação, os cofres públicos receberam R\$ 1,7 bilhão por meio de GRUs pagas por essa ferramenta até maio de 2024, segundo o Tesouro. Esse valor representa uma economia de R\$ 1,4 milhão quando comparado à sistemática tradicional de arrecadação de GRU, pois os recursos ingressam na Conta Única do Tesouro (CTU) instantaneamente, possibilitando que comecem a ser remunerados. No modelo de boleto tradicional, os repasses para o caixa da União demoram até três dias úteis após a entrada na reserva do Banco do Brasil, agente financeiro da GRU.

Da mesma forma, para os pagamentos, como a transferência via Pix é imediata, o Tesouro pode reter o dinheiro mais dias na CTU, aumentando os ganhos com a remuneração dos recursos. Segundo o órgão, até maio foram realizados R\$ 21,9 bilhões de pagamentos via Pix, com estimativa de economia de R\$ 8,8 milhões. O Tesouro acrescenta que ainda há ganhos indiretos, uma vez que não há despesas com tarifas, ao contrário de outras opções de pagamento.

Na **Receita Federal**, o Pix já é usado largamente na arrecadação de **impostos**. Disponível desde dezembro de 2020, o recolhimento de **tributos** por meio do sistema de pagamento instantâneo passou de R\$ 305 milhões no primeiro semestre de 2021 para R\$ 11,1 bilhões na primeira metade do ano passado - um aumento de mais de 3.000%. No total, foram arrecadados R\$ 24,8 bilhões por esse método de pagamento até junho de 2023, conforme dados informados pelo BC. Em todo o ano passado, a quantidade de documentos pagos por Pix em relação às demais opções de arrecadação chegou a 14%, contra 8% em 2022 e 3% em 2021.

Com relação ao tipo de contribuinte que usa o Pix para o pagamento, a Receita afirma que 84,5% são de documentos pagos por empresas, e 15,5%, por pessoas físicas. Segundo o Fisco, já são emitidos os três tipos de documentos numerados com o QR Code do Pix: o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e o Documento de Arrecadação do eSocial (DAE). "O Darf comum, de papelaria, e a Guia da **Previdência Social** (GPS) vêm sendo substituídos paulatinamente pelo Darf numerado", afirmou em nota.

Uma das vantagens, diz a Receita, é que essa forma de pagamento permite a liberação mais rápida de produtos importados, de certidões negativas de débito e de mercadorias arrematadas em leilão. É também possível receber restituições pelo Pix, seja do Imposto

de Renda Pessoa Física (IRPF) ou dos demais direitos creditórios, o que, inclusive, resolve problema recorrente: o erro no preenchimento das informações da conta bancária pelos beneficiários. Com o Pix, a Receita só precisa do CPF ou CNPJ do contribuinte, dados que o órgão já possui.

Como a Receita determinou que as restituições via Pix terão prioridade de recebimento, a tendência é que mais contribuintes escolham a opção. Em 2023, até agosto, foram entregues 26,2 milhões de declarações de IRPF com imposto a restituir, sendo que 6,6 milhões (25,3%) delas receberam indicação de Pix como forma de pagamento das restituições.

"Destaca-se que é intenção do governo ampliar o uso do pagamento via Pix pelas unidades do governo federal", disse a Fazenda em nota.

A pasta destacou que o setor público tem melhor controle da arrecadação e da redução de custos operacionais com a modalidade. Digital, o pagamento via Pix se integra aos sistemas do governo, gerando mais eficiência e facilitando o reconhecimento pelo gestor público. O acesso a serviços como emissão de passaporte, quitação de multas eleitorais ou liberação de embarcações em portos, por exemplo, ficaria mais rápido.

"Em geral, o uso do Pix no governo depende de ajustes nos sistemas de automação utilizados, o que demanda tempo e priorização de esforços. Há ainda bastante espaço para a ampliação do uso do Pix nesse segmento" Banco Central, em nota

R\$180 milhões É quanto o governo federal pode economizar com a adoção do Pix para recolhimento do FGTS. A mudança reduziu em 95% os gastos com tarifas bancárias

668 órgãos da União Usam o Pix como forma de pagamento, embora ele só seja obrigatório para repagamento da folha de pessoa e recolhimento do FGTS

R\$ 2 trilhões É o volume de recursos movimentado por mês no país, com quase 5 bilhões de operações por mês. O sistema, lançado em 2020, ainda está em ascensão

6,6 milhões Foi o total de declarações de Imposto de Renda entregues até agosto do ano passado nas quais o contribuinte indicou o Pix para receber a restituição

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Recurso extra deve evitar bloqueio no Orçamento

**THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA**

O aumento de R\$ 15,7 bilhões no espaço para despesas públicas em 2024 deve permitir o desbloqueio de recursos no Orçamento deste ano e afastar, neste momento, novos cortes. Segundo técnicos da equipe econômica, o montante extra já vai constar do relatório bimestral de receitas e despesas, que será publicado hoje.

No documento divulgado em março, o governo teve de bloquear R\$ 2,9 bilhões, já que a estimativa de gasto havia superado o limite estabelecido pelo novo arcabouço fiscal deste ano, de R\$ 2,089 trilhões. Com a ampliação desse teto, portanto, é provável que não haja mais necessidade de bloqueio de recursos neste momento.

Segundo os técnicos que fechavam as contas ontem, o relatório ainda deve apontar o cumprimento da meta fiscal este ano, que prevê déficit zero, considerando a margem de tolerância inferior, de déficit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ou R\$ 28,5 bilhões.

No relatório do primeiro bimestre, a projeção foi negativa em R\$ 9,3 bilhões. Os gastos relacionados à mitigação de impactos da destruição provocada pelas chuvas no Rio Grande do Sul não serão considerados para o limite de despesas nem para a meta, devido ao decreto de calamidade pública.

## DESPESAS ACIMA DO PREVISTO

Além de desbloquear o montante de R\$ 2,9 bilhões do Orçamento, o governo deve usar os R\$ 15,7 bilhões para acomodar despesas obrigatórias que estão ficando acima do esperado, como é o caso da Previdência, e também para compensar o aumento de R\$ 3,6 bilhões em emendas parlamentares de comissão.

Isso porque o Congresso derrubou parcialmente o veto de R\$ 5,6 bilhões que havia sido realizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O aumento do limite de despesas em 2024 já estava previsto na regra do novo arcabouço fiscal, mas o crédito extra, inicialmente, só poderia ser aberto no segundo relatório bimestral de receitas e despesas, a depender de uma avaliação de que a evolução de

receitas está melhor do que a arrecadação do ano passado. O projeto aprovado do DP-VAT (seguro veicular obrigatório), contudo, permitia antecipar essa liberação.

Se o governo usar integralmente os R\$ 15,7 bilhões extras, esses recursos aumentarão o volume de despesas de 2025 e nos próximos anos. Isso porque, pelas regras do arcabouço fiscal, o aumento de despesas é incorporado à base do arcabouço do ano seguinte, mais a **inflação**. O governo vem trabalhando em medidas de **arrecadação** para alcançar a meta de déficit fiscal zero em 2025.

Em relação à meta, mesmo com as projeções dentro do limite inferior, técnicos do governo apontam que não é possível descuidar do controle das despesas.

Segundo o economista da XP Investimentos Tiago Sbardelotto, em março e abril, houve frustração de receitas de R\$ 13 bilhões em relação às projeções do governo, mas a expectativa é que essa decepção seja compensada pelo pagamento de R\$ 6 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras e pela melhora das variáveis macroeconômicas, como o **PIB**, de 2,2% para 2,5%.

Há dúvidas, contudo, sobre a inclusão no relatório de renúncia de receitas. É o caso da renovação do programa emergencial para o setor de eventos (Perse), de R\$ 5 bilhões, ainda não sancionada pelo presidente Lula, e também do acordo em torno da desoneração. Além disso, é dúvida se a equipe econômica vai manter as projeções de arrecadação com os julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e com as transações tributárias, segundo Sbardelotto.

## IMPACTO DO DESASTRE NO RS

O analista da Tendências Consultoria João Leme também aponta o risco de o relatório bimestral superestimar receitas, considerando o impacto que o desastre no Rio Grande do Sul deve ter sobre a atividade econômica e, assim, a arrecadação. O aumento da projeção de **PIB** pelo governo ainda não incorporou possíveis efeitos da tragédia no estado.

- Em geral, mesmo com a atuação forte do governo, desastres naturais dessas proporções costumam

representar impactos negativos no **PIB**. Quando o Rio Grande do Sul sofreu com os ciclones de 2008, o **PIB** estadual cresceu muito menos do que o nacional, que se encontrava em ritmo muito acelerado. No caso do furacão Katrina (EUA), as economias estaduais sofreram muito com o desastre, a despeito de um plano bastante abrangente de resgate federal.

-0,25% do Produto Interno Bruto é o limite da meta deste ano. Arcabouço fiscal permite que o alvo seja cumprido se ficar dentro de uma margem de tolerância

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Com o Desenrola, inadimplência cai

O programa de renegociação de dívidas Desenrola Brasil resultou em uma redução de 8,7% na inadimplência entre o público prioritário, em pouco mais de um ano. De acordo com levantamento da Serasa, divulgado pelo Ministério da Fazenda, de maio de 2023 a março de 2024, o número de endividados que ganham até dois salários mínimos ou estão inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) diminuiu de 25,2 milhões para 23,1 milhões.

Foram beneficiadas 15,06 milhões de pessoas com a negociação de R\$ 53,07 bilhões em dívidas.

O volume financeiro cumpriu a meta do governo, que era de R\$ 50 bilhões. O número de favorecidos, contudo, ficou aquém do potencial do programa. A previsão inicial da Fazenda era de que 32 milhões de pessoas fossem beneficiadas.

A equipe econômica considera que a iniciativa cumpriu seu objetivo, mas o Congresso Nacional optou por prorrogar por mais 60 dias a medida provisória que regulamenta o programa para quem tem dívidas de até R\$ 20 mil. A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União, assinada pelo presidente do Legislativo, senador Rodrigo Pacheco (PSD -MG), estendendo o prazo final para adesão, que havia se esgotado na última segunda-feira.

"O programa foi um verdadeiro sucesso por ter diminuído o endividamento da população mais vulnerável do país e por ter reduzido o ritmo de crescimento da inadimplência como um todo", avaliou o secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto.

Segundo ele, o aporte do governo foi relativamente baixo, com R\$ 1,7 bilhão dado como garantia caso as pessoas não paguem o refinanciamento dos débitos negociados.

"Para cada R\$ 1 investido no Desenrola, foram negociados R\$ 25 em dívidas atrasadas, beneficiando, também, mais de 600 credores com o recebimento de valores que, em muitos casos, já davam como perdidos. Tudo isso favoreceu a economia brasileira como um todo", apontou.

De acordo com a Serasa, houve um aumento no volume de negociações durante a vigência do programa. Apenas em julho do ano passado, quando o programa começou para a Faixa 2, que refinanciou dívidas bancárias de qualquer valor de clientes que

ganhavam até R\$ 20 mil, a Serasa registrou alta de 62% no volume de renegociações em seus canais.

Quem pode participar Ao todo o Desenrola contou com três fases. O novo prazo de adesão, prorrogado pelo Congresso, é destinado apenas para a Faixa 1, que contempla devedores de até R\$ 20 mil que ganhem no máximo dois salários mínimos ou sejam inscritos no CadÚnico.

As dívidas devem ter sido negativadas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. Por meio do programa, os inadimplentes têm acesso a descontos de, em média, 83% sobre o valor das dívidas.

Além de dívidas bancárias como cartão de crédito, podem ser negociadas contas atrasadas de estabelecimentos de ensino, energia, água, telefonia e comércio varejista. Em algumas situações, de acordo com a Fazenda, o abatimento pode ultrapassar 96% do valor devido.

Para ter acesso ao Desenrola, é necessário ter uma conta Gov.br. Usuários de todos os tipos de contas - bronze, prata e ouro - podem visualizar as ofertas de negociação e parcelar o pagamento. Caso o cidadão opte por canais parceiros, como a Serasa, não há necessidade de usar uma conta do governo.

» Arrecadação recorde em abril

A arrecadação federal de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 228,9 bilhões em abril, uma alta real de 8,26% na comparação com o mesmo mês do ano passado. De acordo com os dados, divulgados pela **Receita Federal**, essa é a maior arrecadação já registrada para meses de abril desde o início da série histórica, iniciada há 30 anos. No acumulado de janeiro a abril, o valor alcançado foi de R\$ 886,6 bilhões, um aumento real de 8,33% em relação ao mesmo período do ano passado. O saldo dos quatro primeiros meses do ano também foi recorde para o período. De acordo com a Receita, o desempenho foi impulsionado pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis e a tributação dos fundos exclusivos, definida em dezembro de 2023. Em abril, as receitas com PIS/Pasep e Cofins totalizaram uma arrecadação de R\$ 44,3 bilhões, crescimento real de 23,38%. A receita previdenciária também contribuiu para o saldo de abril, totalizando uma arrecadação de R\$ 52,7 bilhões, com crescimento real de 6,15%, graças ao crescimento real de 5,11% da massa salarial.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5934/10-05-2024.html?all=1>**

# RS é novo ingrediente nas dúvidas sobre ritmo no resto do ano

**Lu Aiko Otta**

A arrecadação federal do primeiro quadrimestre de 2024 foi a maior já registrada para o período: R\$ 886,6 bilhões. O monte arrecadado no mês passado, R\$ 228,9 bilhões, é igualmente recorde para meses de abril.

Até aqui, a arrecadação se comportou como o esperado pelo governo - o que significa um desempenho muito forte, dado o alto volume de receitas exigidas para se atingir a meta de déficit zero este ano. Há, porém, dúvidas se o desempenho poderá ser mantido até o fim do ano.

Pelo menos dois novos fatores devem impactar a atividade econômica neste ano, com possíveis reflexos na arrecadação. O principal deles é a tragédia ambiental no Rio Grande do Sul, um choque cujas repercussões na economia não puderam ainda ser dimensionadas. O outro é o reflexo de um cenário externo com juros mais altos, o que impacta nas taxas cobradas aqui e, conseqüentemente, no nível de atividade.

Há, além disso, dúvidas com as receitas não administradas pela **Receita Federal**. As receitas esperadas em 2024 com concessões e permissões, por exemplo, são alvo de questionamento do mercado e de alas do próprio governo.

Na semana passada, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda divulgou a estimativa de crescimento econômico no ano, que é utilizada pelo governo para ajustar as projeções de arrecadação. A expectativa de crescimento foi elevada de 2,1% para 2,5%.

O dado, porém, não considera os efeitos do desastre no Rio Grande do Sul, pois ainda não podem ser estimados. Leva em conta, porém, a piora em indicadores como expectativas de **inflação** e juros no Brasil, inclusive a perspectiva de a taxa Selic terminar o ano em um nível mais elevado que o esperado em janeiro.

O crescimento de 2,5% é a base da projeção de receitas que será divulgada nesta quarta-feira (22), no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias. A publicação bimestral indica se será

necessário conter despesas para cumpriras regras fiscais.

A SPE avalia que os impactos de curto prazo na economia gaúcha serão compensados ao longo dos próximos trimestres, com as medidas de reconstrução do Estado. Qual o balanço do ano, não se sabe ainda.

A arrecadação esperada para 2024 é pautada pela projeção da SPE, disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias. Ele acrescentou que, da parte da Receita, foram anunciadas algumas diluições de prazo para o recolhimento de **tributos** - medida que terá efeito neutro na arrecadação no ano.

A arrecadação recorde do primeiro quadrimestre do ano, disse Malaquias, é explicada sobretudo pelo efeito de medidas legais adotadas pelo governo.

Ele citou como exemplos: a reoneração dos combustíveis no início do ano, a mudança na tributação sobre fundos de investimento exclusivos (com recolhimento tributário sobre estoques) e a lei que limitou o abatimento, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) dos incentivos fiscais estaduais para gastos de custeio.

Outro fator que explica o bom desempenho das receitas é o mercado de trabalho. O desemprego em queda e o aumento da massa salarial levam a maiores recolhimentos de contribuições previdenciárias e Imposto de Renda sobre salários.

Também foi observado uma queda no volume de compensações tributárias, após o governo limitar o uso de créditos por parte das empresas.

A tributação de estoques dos fundos exclusivos rendeu R\$ 11,4 bilhões em Imposto de Renda neste ano, mas é um efeito que já se esgotou. O valor ficou um pouco abaixo dos R\$ 13,3 bilhões previstos no Orçamento.

Para maio, é esperado recolhimento de R\$ 5,6 bilhões, com a tributação de estoques dos fundos investidos no exterior (offshore). É outro caso de arrecadação que só ocorrerá uma vez.

O governo ainda aguarda, até o fim do mês, o ingresso de recursos decorrentes do programa de autorregularização de empresas que utilizaram indevidamente benefícios tributários estaduais para reduzir a base do IRPJ e da CSLL. Elas já foram notificadas. Após o dia 31 de maio, estarão sujeitas a procedimentos de fiscalização.

Até aqui, os esforços da equipe econômica para ajustar as contas pelo lado das receitas têm mostrado resultados. A dúvida é se, diante de fatos novos como a tragédia no Rio Grande do Sul, o ritmo poderá ser mantido.

Dúvidas sobre receitas não administradas pela **Receita Federal** ainda persistem

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187880?page=1&section=1>**

# Brasil e EUA vivem cenário semelhante para queda nos juros

**Marsílea Gombata**

Brasil e Estados Unidos compartilham um cenário semelhante no que diz respeito a expectativas e política monetária. Em ambos os casos, o clima é de "higher for longer", isto é, a perspectiva de juros em um patamar alto por um tempo maior do que se previa, afirma o Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

No Brasil, a piora do cenário externo se combinou a fatores domésticos que corroboram a necessidade de se manter a taxa de juros mais elevada e por tempo maior. Por exemplo, os dados de atividade que vieram mais fortes no primeiro trimestre que o esperado, assim como dados de crescimento vigoroso de emprego e renda.

Com isso, o FGV Ibre revisou a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 0,5% para 0,7% no primeiro trimestre deste ano, ante o quarto do ano passado - e de 2,1 % para 2,4%, na comparação com o primeiro trimestre de 2023. Também sofreu revisões para cima o **PIB** de serviços, de 0,4% para 0,7% (de 2,8% para 3,2% na variação anual). O de indústria teve seu crescimento reduzido de 0,3% para 0,2% (e 3,2% para 3,1%), devido ao desempenho mais fraco em fevereiro.

Pela ótica da demanda, a projeção de consumo das famílias sofreu forte revisão para cima, passando de alta de 0,9% para crescimento de 1,5% (de 2,6% para 3,3% na variação anual), assim como o consumo do governo de -0,6% para 0,1% (e de 1,7% para 2,7%).

As projeções para setor externo também foram alteradas: as exportações para 0,4% na variação trimestral (7% na anual), e as importações para 5,3% na comparação com o trimestre anterior (8,6% ante o primeiro trimestre de 2023). As de investimento foram rebaixadas para 3,7% no trimestre (ou 2,2% na variação anual).

Apesar do bom momento de atividade econômica, em sua edição de maio, o Boletim Macro lembra que tanto nos EUA quanto no Brasil o que se viu nas últimas semanas foi uma redução no otimismo sobre quão rápido e quão longe a autoridade monetária poderá avançar no corte dos juros.

"Nos dois casos, também, pela pressão advinda de uma política fiscal expansionista, que tem mantido a atividade crescendo em ritmo acelerado, e o mercado de trabalho aquecido, anulando boa parte do efeito que se busca atingir com a política monetária", afirma o boletim.

Nos EUA, o Fed, o banco central americano, sinaliza que manterá as taxas elevadas por mais tempo, até estar confiante de que a **inflação** caminha em direção à meta de 2%, ante o atual patamar de 3,4%.

No Brasil, apesar da divisão entre os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) na decisão sobre o corte da taxa de juros na reunião de 7 e 8 de maio, a ata divulgada na semana seguinte mostrou que todos avaliam que a política monetária por ora deve seguir em terreno contracionista "diante do cenário global incerto e do cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas".

Em ambos os casos, não há indicações sobre os próximos movimentos. No Brasil, a deterioração das expectativas dos agentes de mercado ficou clara no Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira (20).

Ele trouxe a primeira queda em quase um ano da mediana de projeção para o **PIB** de 2024, de 2,09% na semana anterior para 2,05%, aumento da de **inflação** para 2024 de 3,76% para 3,8% e para 2025 de 3,66% para 3,74%. Além da perspectiva de uma Selic mais alta, terminando o ano em 10%, ante 9,75% esperados antes.

Parte dessa piora se deve à condução da política fiscal expansionista e ao mercado de trabalho aquecido, que contribuem para atividade e **inflação** resilientes. O Boletim Macro lembra ainda que desde outubro de 2023 tem havido aceleração no crescimento da renda disponível, impulsionado também pelo pagamento dos precatórios, aumento real do salário mínimo, assim como antecipação do 13-para beneficiários do **INSS**.

Essas medidas têm apoiado a expansão da atividade. Em março, a indústria cresceu 0,9%, em relação ao fevereiro. No varejo restrito e no ampliado, as variações mensais apresentaram relativa estabilidade, mas ambos acumulam crescimento de 2,5% nos

últimos 12 meses. O setor de serviços cresceu 0,4% no mês, com destaque para os serviços prestados às famílias.

Somam-se a esse contexto de atividade e demanda surpreendendo para cima esforços fiscais do governo para ajudar o Rio Grande do Sul, o que adiciona nova camada de cautela na condução da política monetária. A tragédia, que começa a se refletir nos dados de atividade do segundo trimestre, ainda não foi incorporada na projeção de **PIB** para 2024 do FGV Ibre, mas pode levar à recalibragem de 2% para 1,7%, alerta o texto.

Ainda na seção sobre atividade, o boletim observa que o primeiro trimestre do ano foi marcado também por um crescimento expressivo do investimento, mas há dúvidas em relação à sustentabilidade disso.

"A manutenção da taxa real de juros em patamares elevados deve inibir uma aceleração mais expressiva do investimento neste ano", diz o boletim, ao prever crescimento de 3,9% neste ano, após queda de 3% em 2023.

"Essa composição de um **PIB** com taxa de juros mais altas acaba prejudicando o investimento e penalizando menos o consumo. Já vimos isso antes. Um mercado de trabalho que surpreende, com crescimento de salários, um lado positivo da renda, mas a preocupação com a **inflação**, em um contexto de câmbio mais desvalorizado por questões domésticas e internacionais e pelas expectativas", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, ao citar expectativas quanto ao cumprimento das metas inflacionárias ou mesmo à manutenção do regime de metas.

Na parte sobre política monetária, o boletim alerta para diferentes obstáculos enfrentados pelo Banco Central (BC) para trazer a **inflação** à meta: política fiscal expansionista, expectativas desancoradas, ambiente externo adverso, e variáveis como câmbio, juros prefixados, juros reais e inflações implícitas revelando preocupações com **inflação** e juros.

"Houvesse maior harmonia entre as políticas fiscal e monetária, no sentido de ambas privilegiarem o combate à **inflação**, seguramente teríamos avançado mais na busca da meta de **inflação**", escreve José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre.

Como indicativo de preocupação, ele cita as expectativas inflacionárias mais altas trazidas no Relatório Focus, em que expectativas para 2026 e 2027 permanecem em 3,5%, distantes da meta de 3%.

"O Banco Central, que até o último Copom considerava as expectativas apenas parcialmente ancoradas, já as considera desancoradas. O mais grave é que o BC não tem controle sobre o comportamento dessas expectativas, influenciadas, basicamente, pelo desconforto do mercado com a maneira como se conduz a política fiscal, e pelas incertezas associadas à troca de comando no BC na virada do corrente ano", afirma Senna.

Diante desse quadro, argumenta, não surpreende que o presidente do BC tenha anunciado, em 17 de abril, a possibilidade de descumprir o forward guidance de queda adicional da Selic em 0,50 ponto percentual e que em 8 de maio o Copom tenha optado por 0,25 ponto de queda.

"Talvez o justo seja parar [de reduzir as taxas de juros]. Podiam descer mais, mas deve-se ter em conta no balanço de riscos que a média das avaliações [sobre **inflação**] para 2026, 2027 e 2028 vem subindo, e é isso que chamamos de desancoragem de horizontes mais longos na política monetária", diz Matos, ao observar que a alta da média geralmente antecipa a da mediana e alertar para uma dispersão de expectativas maiores.

"Teria de haver um cenário muito otimista, de taxa de câmbio [mais apreciada], economia desacelerando e **inflação** mais próxima de 3,5% no ano que vem, para reverter isso. Mas não temos isso no radar. Tem espaço para um corte de 0,25 ponto? Vai depender muito dos dados. Por isso, tudo conspira no sentido de cautela maior na política monetária."

Na seção sobre **inflação**, o boletim alerta que a tragédia no Rio Grande do Sul deverá afetar os preços nos próximos meses, já que as enchentes afetaram cerca de 70% da produção nacional de arroz. O Monitor da **Inflação** do FGV Ibre antecipa alta de 0,4% para o IPCA de maio.

Na parte do boletim que analisa o cenário internacional, Samuel Pessoa, chefe do Centro de Crescimento Econômico do FGV Ibre, lembra que o componente internacional da piora dos mercados está associado a três leituras mais salgadas da **inflação** americana, que gerou forte re-precificação das taxas de juros no mercado interbancário americano, com impactos sobre a taxa de câmbio e a curva de juros local.

No fim de 2023, o mercado chegou a precificar sete cortes de 0,25 ponto cada da taxa básica de juros do Fed, lembra o economista. Hoje projetam-se dois cortes.

"A taxa terminal [de juros] será mais alta e deve ficar

elevada por um tempo mais longo. A grande questão que se coloca, tanto nos EUA como no Brasil, é se é só uma questão de tempo ou se será de fato possível trazer a inflação para a meta sem mudar a postura que vem sendo adotada na área fiscal", questiona o boletim.

Tragédia no Rio Grande do Sul deverá afetar os preços nos próximos meses

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187880?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187880?page=1&section=1)**

# Trabalhadores de aplicativo: jornada aumenta e renda diminui

Rafaela Gonçalves

+

Com jornadas mais longas, a renda dos trabalhadores por aplicativos está encolhendo. É o que apontou o estudo Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Cerca de um milhão de motoristas atuavam de forma autônoma no transporte de passageiros em 2022, quando o ganho médio foi de R\$ 2.400, ante a um ganho de R\$ 3.100 apurado pelos cerca de 400 mil ocupados na atividade entre 2012 e 2015. No caso dos entregadores vinculados a plataformas, o rendimento recuou de R\$ 2.250, em 2015, para R\$ 1.650 em 2021, período da pandemia de covid-19.

A queda da remuneração refletiu o aumento de trabalhadores na atividade. No mesmo período, o número de brasileiros ocupados nessa atividade saltou de 56 mil para 366 mil.

Os dados levam em consideração a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que no ano passado traçou de forma inédita um retrato dos trabalhadores que prestam serviço por aplicativo. Para o pesquisador Sandro Sacchet, o crescimento da chamada plataformização do trabalho levou à precarização da rotina de motoristas de transporte de passageiros e entregadores.

O levantamento aponta que houve aumento da jornada de trabalho, chegando até a acima de 60 horas, o que vai na contramão de toda a tendência do mercado de trabalho, que foi de reduzir as jornadas de trabalho mais longas, observou Sacchet. No quesito horas trabalhadas, a jornada de trabalho dos motoristas autônomos é bem maior do que a média dos trabalhadores autônomos do país. Em 2022, enquanto 27,3% dos motoristas trabalhavam entre 49 horas e 60 horas semanais, na média geral dos autônomos esse percentual era de 13,7%.

O percentual de condutores com jornada superior a 60 horas em uma semana, por sua vez, era quase três vezes maior do que a média dos autônomos: 9,6% contra 3,3%. Entre os entregadores saltou de 2,6%, em 2012, para 8,6%, em 2022, os que trabalhavam mais de 60 horas semanais.

O estudo mostrou que o número de motoristas que mantêm o pagamento à Previdência despencou, também indo contra a tendência dos demais segmentos de trabalho. Em 2015, 47,8% contribuíram para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), percentual que caiu para apenas 24,8% em 2022.

De acordo com Sacchet, a expansão dos trabalhadores por meio de plataformas representa um processo de precarização do trabalho com uma renda menor, menor contribuição previdenciária e maiores jornadas de trabalho.

Antes, mesmo os motociclistas que trabalhavam com malotes e entregas, cerca de 40% ainda eram formais. No caso dos motociclistas no setor de Comércio e Alimentação, era alta a proporção de formais. Mas mesmo nesse setor, houve uma forte queda da formalização, mostrando que a competição da plataformização acabou dificultando, avaliou.

Está travado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativos. A proposta, resultado de um grupo de trabalho criado pelo governo, é alvo de críticas por entidades de classe e se tornou motivo de polarização entre sindicatos.

Pelo menos três pontos da regulamentação causaram incômodo entre os trabalhadores: a jornada de trabalho, o piso pago por hora e a **Previdência Social**. A Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos (Fembrapp) alegou que o modelo sugerido pelo governo pode incentivar a jornada excessiva.

O argumento da federação é de que os profissionais podem trabalhar por 12 horas em cada empresa, ao mesmo tempo que uma limitação da carga reduziria a margem para aqueles que precisam trabalhar mais. Na visão dos críticos à proposta, a contribuição previdenciária também é prejudicial por diminuir a renda líquida dos motoristas. O projeto prevê que, além dos 7,5% pagos pelos trabalhadores, outros 20% sejam de responsabilidade das empresas.

Ao Correio, o motorista Wallisson Rodrigues, de 32 anos, criador da página Uberizando DF, disse ter sentido a diferença na remuneração, que tem diminuído. Acho que os valores pagos diminuíram também com as tratativas de regulamentação. Agora,

pelo menos, todas as partes estão conversando. A princípio a proposta levou em conta só os sindicatos e plataformas no grupo de trabalho, hoje já há mais diálogo junto aos motoristas para a construção da regulamentação , disse.

Com jornadas mais longas, a renda dos trabalhadores por aplicativos está encolhendo. É o que apontou o estudo Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Cerca de um milhão de motoristas atuavam de forma autônoma no transporte de passageiros em 2022, quando o ganho médio foi de R\$ 2.400, ante a um ganho de R\$ 3.100 apurado pelos cerca de 400 mil ocupados na atividade entre 2012 e 2015. No caso dos entregadores vinculados a plataformas, o rendimento recuou de R\$ 2.250, em 2015, para R\$ 1.650 em 2021, período da pandemia de covid-19.

A queda da remuneração refletiu o aumento de trabalhadores na atividade. No mesmo período, o número de brasileiros ocupados nessa atividade saltou de 56 mil para 366 mil.

Os dados levam em consideração a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que no ano passado traçou de forma inédita um retrato dos trabalhadores que prestam serviço por aplicativo. Para o pesquisador Sandro Sacchet, o crescimento da chamada plataformização do trabalho levou à precarização da rotina de motoristas de transporte de passageiros e entregadores.

O levantamento aponta que houve aumento da jornada de trabalho, chegando até a acima de 60 horas, o que vai na contramão de toda a tendência do mercado de trabalho, que foi de reduzir as jornadas de trabalho mais longas , observou Sacchet. No quesito horas trabalhadas, a jornada de trabalho dos motoristas autônomos é bem maior do que a média dos trabalhadores autônomos do país. Em 2022, enquanto 27,3% dos motoristas trabalhavam entre 49 horas e 60 horas semanais, na média geral dos autônomos esse percentual era de 13,7%.

O percentual de condutores com jornada superior a 60 horas em uma semana, por sua vez, era quase três vezes maior do que a média dos autônomos: 9,6% contra 3,3%. Entre os entregadores saltou de 2,6%, em 2012, para 8,6%, em 2022, os que trabalhavam mais de 60 horas semanais.

O estudo mostrou que o número de motoristas que mantêm o pagamento à Previdência despencou, também indo contra a tendência dos demais segmentos de trabalho. Em 2015, 47,8% contribuíram

para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), percentual que caiu para apenas 24,8% em 2022.

De acordo com Sacchet, a expansão dos trabalhadores por meio de plataformas representa um processo de precarização do trabalho com uma renda menor, menor contribuição previdenciária e maiores jornadas de trabalho.

Antes, mesmo os motociclistas que trabalhavam com malotes e entregas, cerca de 40% ainda eram formais. No caso dos motociclistas no setor de Comércio e Alimentação, era alta a proporção de formais. Mas mesmo nesse setor, houve uma forte queda da formalização, mostrando que a competição da plataformização acabou dificultando , avaliou.

Está travado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativos. A proposta, resultado de um grupo de trabalho criado pelo governo, é alvo de críticas por entidades de classe e se tornou motivo de polarização entre sindicatos.

Pelo menos três pontos da regulamentação causaram incômodo entre os trabalhadores: a jornada de trabalho, o piso pago por hora e a **Previdência Social**. A Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos (Fembrapp) alegou que o modelo sugerido pelo governo pode incentivar a jornada excessiva .

O argumento da federação é de que os profissionais podem trabalhar por 12 horas em cada empresa, ao mesmo tempo que uma limitação da carga reduziria a margem para aqueles que precisam trabalhar mais. Na visão dos críticos à proposta, a contribuição previdenciária também é prejudicial por diminuir a renda líquida dos motoristas. O projeto prevê que, além dos 7,5% pagos pelos trabalhadores, outros 20% sejam de responsabilidade das empresas.

Ao Correio , o motorista Wallisson Rodrigues, de 32 anos, criador da página Uberizando DF, disse ter sentido a diferença na remuneração, que tem diminuído. Acho que os valores pagos diminuiriam também com as tratativas de regulamentação. Agora, pelo menos, todas as partes estão conversando. A princípio a proposta levou em conta só os sindicatos e plataformas no grupo de trabalho, hoje já há mais diálogo junto aos motoristas para a construção da regulamentação , disse.

**Site:**

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/05/6862106-trabalhadores-de-aplicativo-jornada-aumenta-e-renda-diminui.html>

# Imposto de Renda 2024: Como declarar previdência complementar?

Os planos de **previdência complementar**, também chamados de **previdência privada**, são uma alternativa para quem quer guardar mais dinheiro para garantir um determinado nível de renda no futuro, quando sair do mercado de trabalho, dado o limite do teto do **INSS**.

Existem dois tipos de planos de previdência privada: o VGBL e o PGBL. Ambos devem ser detalhados pelos contribuintes no Imposto de Renda, mas a maneira de informar na declaração é diferente. Entenda a seguir o que muda em cada categoria:

Elton Baiocco, advogado tributarista da Farracha de Castro Advogados, explica que o PGBL e o VGBL, embora possam ser duas alternativas para o mesmo objetivo, devem ser declarados em abas diferentes do Imposto de Renda.

- O PGBL é visto como uma **previdência complementar**, contratada por uma pessoa que quer se precaver e ter uma renda adicional na aposentadoria. Já o VGBL é visto pelas instituições financeiras como um fundo de investimento, então tem um tratamento tributário diferente - ele explica.

O VGBL deve ser declarado na ficha "Bens e Direitos", disponível em "Fichas da Declaração", no menu à esquerda do programa do Imposto de Renda 2024 para computador. Clique em "Novo".

Selecione o grupo 99 (Outros) e o código 06 (VGBL). Depois, informe quem é o beneficiário (se é você ou um de seus dependentes) e os dados solicitados, que podem ser encontrados no informe de rendimentos do seu banco.

Em "Discriminação", detalhe os aportes e resgates ao longo do ano. Já nos campos "Situação em 31/12/2022" e "Situação em 31/12/2023", escreva o saldo acumulado em cada data, sem considerar a rentabilidade. Clique em Ok para confirmar.

O PGBL deve ser informado na ficha "Pagamentos Efetuados". Clique em "Novo".

Selecione o código 36 (**Previdência Complementar**). Você deve declarar apenas o valor que foi guardado ao longo de 2023, além de informar outros detalhes pedidos, como quem realizou a despesa (se foi você ou um de seus dependentes) e onde esse dinheiro

está aplicado. Clique em Ok para confirmar.

As contribuições feitas para o seu plano PGBL podem ser abatidas do Imposto de Renda em até 12% da sua renda bruta tributável, caso você opte pela declaração completa e seja contribuinte do **INSS**.

Por exemplo: quem teve uma renda bruta de R\$ 100 mil no ano passado, mas guardou R\$ 20 mil no PGBL, tem direito a deduzir R\$ 12 mil, pagando assim o imposto somente sobre os R\$ 88 mil restantes.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2024/05/22/imposto-de-renda-2024-como-declarar-previdencia-complementar.ghtml>

# CNI é contra expansão de itens da cesta básica

**MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) decidiu se posicionar contra a ampliação da lista de produtos com alíquota zero, ou tributação reduzida, como os itens que farão parte da cesta básica nacional, na regulamentação da reforma tributária que será votada pelo Congresso.

De acordo com o superintendente de Economia da entidade, Mário Sérgio Telles, a orientação dos dirigentes do setor industrial é para "não trabalhar pela inclusão de nenhum item, sob nenhuma hipótese, de redução de alíquota".

"Não vamos sugerir nenhuma inclusão porque o que a gente quer é que a alíquota de referência seja a menor possível, que é onde todo mundo vai pagar", disse o economista.

O posicionamento da indústria diverge dos movimentos de setores como o supermercadista e o agronegócio, que mobilizam seus lobbies no Congresso para incluir as carnes na lista de produtos com tributação zero. Pela proposta encaminhada pelo Ministério da Fazenda, as carnes terão alíquota com redução de 60% em relação à tributação padrão de referência, com exceção de produtos para a alta renda, como foie gras, alguns tipos de crustáceos, salmão e bacalhau.

A decisão da CNI foi tomada no Fórum Nacional da Indústria, na última sexta-feira, quando os principais líderes do setor se reuniram para deliberar sobre os pontos iniciais da regulamentação da reforma tributária, cuja tramitação deve começar em breve no Congresso.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que pretende formar um grupo de trabalho para cada anteprojeto que chegar do Executivo. O primeiro deverá ser formado por seis deputados indicados pelos partidos com maior representatividade na Casa.

Telles argumenta que, mesmo os produtos que estão na alíquota reduzida, serão prejudicados caso a alíquota-padrão do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) fique muito acima dos 26,5% estimados pelo governo.

O percentual leva em consideração uma lista restrita de exceções, e ficou até inferior ao que a CNI havia calculado em estudo em dezembro: 27,5%.

"ASPECTO POSITIVO". "Nem todo mundo foi para o tratamento mais benéfico que esperava, e isso tem um aspecto positivo que é a redução da alíquota para todos. O governo foi muito criterioso e, digamos, econômico nas hipóteses de benefícios, tanto (nos itens) na alíquota zero quanto nos de alíquota reduzida.

E não foi só a cesta básica." O economista lembra que a lista de medicamentos e de serviços de saúde sujeitos à redução tributária também ficou mais restrita. A posição da CNI tende a colocar a indústria em oposição a setores do comércio, como os supermercados, e ao agronegócio.

"Desde o início, em 2019, nós nunca defendemos exceção alguma.

Nós queríamos uma alíquota uniforme para todos.

Depois vieram algumas exceções em saúde, educação, alimentos e medicamentos. Nós aceitamos essas reduções. Mas para, politicamente, aprovar a reforma, que é muito importante.

Mas nós nunca defendemos essas exceções", reforça Telles.

"Vamos continuar trabalhando para uma menor alíquota de referência possível." Nos próximos dias, a CNI vai publicar uma nota técnica com informações a que o Estadão teve acesso. A ideia é que o documento subsidie a atuação de parlamentares simpáticos à indústria no Congresso.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. A CNI decidiu, contudo, defender uma alteração no texto da reforma, durante a tramitação no Congresso, a contragosto da Fazenda.

A entidade quer reduzir para 45 dias o prazo para o governo devolver os créditos tributários que forem acumulados pelas empresas - 30 dias para análise e 15 para o pagamento. Pela proposta oficial, esse prazo é de 75 dias, e pode chegar a 285 caso a empresa acumule créditos de uma maneira considerada anormal ou fora dos padrões da operação

usual da companhia.

Com o IVA, a tributação será feita a cada etapa da produção, descontando o que foi pago na etapa anterior por um fornecedor.

A ideia é de que cada elo da cadeia pague imposto somente sobre o valor que adicionou ao produto ou serviço prestado.

Novo IVA 26,5% é o valor da alíquota-padrão do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) calculada pelo governo com base nas listas de produtos com alíquotas reduzidas elaboradas durante a tramitação da reforma no Congresso

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Segundo projeto da reforma será enviado na próxima semana

**GIORDANNA NEVES BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária** deve ser enviado ao Congresso na próxima semana, antes do feriado de Corpus Christi, que começa na quinta-feira.

Esse segundo texto da regulamentação tratará de questões específicas da transição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual, como os critérios de formação e a forma de organização do comitê gestor, como se dará a distribuição federativa das receitas do imposto e o tratamento de contenciosos administrativos do novo tributo estadual.

O texto principal que regulamenta o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** chegou ao Congresso em 24 de abril, e foi entregue em mãos por Haddad ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG).

SEM RELATOR ÚNICO. Como mostrou o Estadão/Broadcast, Lira afirmou ontem que os grupos de trabalho que vão tratar da regulamentação da **reforma tributária** não terão um único relator. De acordo com o deputado alagoano, todos os membros desses grupos trabalharão nos textos finais, que serão assinados por um desses parlamentares apenas para cumprir uma formalidade.

O governo queria que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi o relator da PEC da **reforma tributária** na Câmara, ficasse também com a relatoria da regulamentação, mas Lira resistiu a indicar o correligionário ao posto.

Regras Novo projeto de lei vai tratar da transição do ICMS para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Controverso, Imposto Seletivo no setor mineral pode gerar até R\$ 10,8 bi

**Marta Watanabe**

Controversa, a tributação do Imposto Seletivo (IS) sobre a extração mineral pode render à União receita adicional de R\$ 8,7 bilhões em 2027, quando começará a ser cobrada, e chegar a R\$ 10,8 bilhões em 2033. Pela proposta do governo o tributo deve ser cobrado sobre petróleo, minério de ferro e gás natural, mesmo que destinados à exportação, o que tem despertado críticas ao que se considera como intenção "arrecadatória".

Os itens que ficarão submetidos ao IS estão em ascensão na pauta exportadora e contribuem com mais de 20% do valor de todos os embarques brasileiros. No ano passado, somaram US\$ 73,3 bilhões em exportações, o equivalente a 21,6% da receita total de embarques. A expectativa é que, com aumento de volume de produção, se tomem mais importantes na pauta exportadora nos próximos anos. De janeiro a abril deste ano somente minério de ferro e petróleo foram responsáveis por 24% das exportações ante 20% em iguais meses do ano passado. O petróleo, segundo especialistas, promete se tornar neste ano o principal item embarcado pelo país.

As projeções de arrecadação do IS são de Bráulio Borges, economista da LCA e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). As estimativas fazem parte de estudo em que Borges analisa o potencial de receitas que podem ser geradas pelo setor extrativo mineral até o início da próxima década. Atualizadas em fevereiro deste ano, as projeções consideraram alíquota do IS de 1%.

Pelos cálculos de Borges, a arrecadação total de **tributos** federais no setor extrativo mineral deve atingir R\$ 52,7 bilhões em 2027 e chegar a R\$ 63,5 bilhões cinco anos depois. As contas não incluem a contribuição previdenciária. O estudo tomou como base projeções de diversas fontes como ANP, Vale, Opep e PPSA. Os cálculos do economista consideraram, entre outras premissas, que o volume de produção de petróleo e gás vai crescer 50% até 2033 em relação ao observado em 2023. Para minério de ferro, foi considerada alta de 19% nos mesmos critérios.

Em entrevista ao Valor publicada no início de maio, Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma**

**Tributária**, disse que a arrecadação do Imposto Seletivo, da forma como proposta pelo governo federal, não deve ultrapassar total de R\$ 50 bilhões.

O Imposto Seletivo deve ser cobrado a partir de 2027 e, segundo a emenda da reforma, tem como objetivo desestimular o consumo de bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente. Diferentemente de outras bases de incidência, como bebidas açucaradas e carros, a tributação sobre bens minerais não foi novidade do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 proposto pelo governo para regulamentação da emenda da reforma.

A cobrança do IS sobre bens minerais foi estabelecida na emenda, assim como a alíquota máxima de 1% para esse caso específico. O PLP especificou nos anexos que no caso dos bens minerais o alvo são petróleo bruto, minério de ferro e gás natural (liquefeito ou gasoso). Os produtos estão especificados por códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e ou do Sistema Harmonizado (SH).

Ao elencar o petróleo bruto e o minério de ferro nas bases da tributação do Imposto Seletivo, a proposta do governo abarcou dois dos itens que costumam estar entre os três principais da pauta exportadora brasileira.

Gabriela Faria, economista da Tendências, diz que em 2024 a expectativa é de destaque ainda maior para petróleo e minério de ferro, já que o desempenho agrícola, representado fortemente pela soja, não será tão forte este ano como foi em 2023. Embora tenha havido queda de preços do petróleo em relação a períodos mais recentes, diz ela, o aumento do volume deve fazer com que petróleo e minério contribuam para a balança comercial alcançar novamente um resultado robusto este ano.

Diferentemente dos demais **tributos** novos criados pela **reforma tributária** sobre consumo - a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será arrecadada pela União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido por Estados e municípios -, o IS não dará direito a crédito. Segundo o PLP, será cobrado uma única vez sobre o bem, o que deve acontecer na primeira comercialização pela empresa extrativista, ainda que destinada à exportação. Júlio de Oliveira, tributarista e sócio do

Machado Associados, explica ainda que o IS, inclusive o cobrado na extração mineral, integrará a base de cálculo do IBS e da CBS.

Para Borges, no caso da extração mineral o Imposto Seletivo vai funcionar "na prática" como "um adicional de royalties, que ajuda a reduzir a alíquota-padrão da CBS e do IBS". "No caso de petróleo e gás, até poderia ser considerado como um "upstream carbon tax", mas nos demais setores extrativos isso não faria muito sentido, a não ser que esteja sendo considerado que essas atividades causam muitos danos ambientais nas áreas de mineração."

Para Rinaldo Mancin, diretor de relações institucionais do Ibram, que representa as empresas de mineração, a cobrança do Imposto Seletivo no setor é uma "anomalia". Ele defende que os "excise tax", **tributos** que inspiraram o IS, não costumam focar em um setor, mas sim em produtos, para desestimular consumo de tabaco ou álcool, por exemplo.

Uma das polêmicas, diz, é que a medida desincentiva a mineração. "O mundo vai precisar de mais mineração, dentro da transição energética e energia renovável para os quais a mineração é essencial." Há, para ele, um "contrassenso" entre políticas públicas que eventualmente busquem a extração de minerais críticos e estratégicos, o que iria na contramão de um IS que desincentiva-ria a mineração.

Mancin diz que o governo tem intenção "arrecadatória" ao listar o minério de ferro entre as bases tributáveis pelo IS, já que o item, sozinho, foi responsável por 59,6% do faturamento de R\$ 248 bilhões do setor mineral em 2023. Os dados são do Ibram. O setor, defende, Mancin, é favorável à **reforma tributária**, mas não quer a tributação de minerais estratégicos. A ideia, relata, é levar o tema para o Congresso nas discussões sobre a proposta de regulamentação do governo.

Para Tércio Chiavassa, tributarista e sócio do Pinheiro Neto, é importante assegurar que as exceções à tributação estejam claras na legislação. Ele lembra que o PLP 68/24 traz exceção expressa para gás quando utilizado no processo produtivo para empresas. "Por que somente o gás, e não outras coisas? Esta é uma discussão que terá que avançar no Legislativo."

No sistema atual, diz ele, as leis complementares estabelecem a incidência de ICMS e ISS e há conflitos sobre qual tributo incide em determinadas operações. Com a reforma a premissa é outra, observa. "O governo traz um conceito de operações muito amplo para dizer claramente que está tudo dentro e estabelecer as exceções. O que não for bem material,

bem imaterial ou direito é serviço. Por definição se abre uma válvula e se abrange tudo. Isso vale para o Imposto Seletivo também. Se há exceções, o legislador precisa incluir agora." Caso contrário, destaca, será muito difícil alegar depois que algo é exceção se isso não estiver expressamente estabelecido.

Dependendo de como ficar definido o texto no legislativo, diz Chiavassa, é possível que haja uma discussão sobre a natureza jurídica do IS especificamente sobre extração mineral. Poderá haver espaço, afirma ele, para questionar se há outra incidência sobre o mesmo fato, já que o IS tem por finalidade proteger o dano no ambiente doméstico, algo que teria natureza indenizatória muito similar à já existente Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), considerada uma compensação ambiental sobre uso do solo.

Segundo dados do Ibram, o setor mineral arrecadou total de R\$ 85,6 bilhões em **tributos** em 2023, incluído no valor R\$ 6,9 bilhões com a Cfem.

Para empresas de mineração, cobrança do imposto no setor é "anomalia"

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187880?page=1&section=1>

# Como a reforma tributária pode afetar a avaliação de empresas em processos de fusões e aquisições

Operações societárias como fusões e aquisições e IPOs são precedidas de avaliações das empresas-alvo que costumam se basear em métodos de projeção do fluxo de caixa futuro, trazido a valor presente por uma taxa de desconto que reflete não apenas o valor do dinheiro no tempo, mas também elementos de risco. Essas variáveis podem ser impactadas pelo novo sistema tributário do consumo -seja na fixação de premissas para projeção de fluxos futuros, seja na hora de refletir os riscos, políticos e jurídicos inerentes a uma **reforma tributária** desta magnitude.

Vamos focar este artigo em três fatores relevantes para o exercício de valuation que podem ser afetados pela **reforma tributária**: (a) créditos acumulados de **tributos** que serão extintos com o novo sistema criado pela Emenda Constitucional nº 132 ; (b) impactos do novo sistema na formação de preços de bens e serviços; e (c) impactos do novo sistema de creditamento no fluxo de caixa.

O primeiro ponto é relevante na medida em que muitas empresas acabam acumulando valores significativos de créditos tributários que, no atual regime, podem ser utilizados para compensar **tributos** devidos no âmbito de suas operações.

De um lado, a simplificação intentada pela reforma tende a destravar valor, ao eliminar incertezas existentes na compensação desses créditos. De outro, com a extinção de PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI, é importante examinar as regras relativas ao aproveitamento de créditos acumulados para determinar em que medida a empresa-alvo conseguirá aproveitar seu saldo acumulado de **tributos** que serão extintos.

Para PIS, Cofins e IPI, a Emenda Constitucional nº 132 prevê que os saldos na data da respectiva extinção poderão ser compensados com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) ou ser objeto de ressarcimento em dinheiro. No entanto, os requisitos de compensação, critérios de atualização e outros detalhes ainda serão definidos por lei complementar a ser editada pelo Congresso. O tema é ainda mais relevante em se tratando de créditos objeto de disputa (administrativa ou judicial).

Em relação ao ICMS, a Emenda Constitucional nº 132 prevê que os créditos acumulados ao final de 2032 devem ser homologados pelos estados e poderão ser compensados com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS, em 240 parcelas mensais. Não sendo possível a compensação em tal prazo, o saldo poderá ser restituído ao contribuinte, com correção pelo IPCA, a partir de 2033.

Ainda assim, é importante acompanhar a discussão da lei complementar que irá regulamentar o novo sistema para que fiquem claras as regras da compensação, prazo para homologação dos créditos pelos estados, eventual tratamento de créditos sob disputa, a transferência de valores a terceiros e o eventual ressarcimento ao contribuinte.

O segundo ponto merece cuidado já que, sob o novo regime, os **tributos** sobre o consumo -IBS e CBS- não serão incluídos no preço das mercadorias (diferentemente do que acontece hoje com ICMS, ISS, PIS e Cofins), sendo que tal substituição se dará de maneira progressiva durante o período de transição. Ou seja, projeções relativas a receitas de vendas, por exemplo, devem considerar a transição para este novo modelo de formação de preços, para que o valuation utilize as premissas corretas.

Em relação ao terceiro ponto, vale atenção à nova regra de creditamento do IBS e da CBS, pelas quais o contribuinte poderá se apropriar de créditos sobre todas as aquisições de bens e serviços que sejam operacionais.

Atualmente, IPI, PIS, Cofins e ICMS somente dão direito a créditos tributários em relação a alguns insumos adquiridos pelo contribuinte, em especial aqueles utilizados no processo de produção e incorporados no bem comercializado. Já o ISS não dá direito a tais créditos no sistema vigente.

Portanto, a maior possibilidade de utilização desses créditos pode trazer reflexos positivos na avaliação das empresas, de modo direto (aproveitamento dos créditos) e indireto (aumento potencial de vendas a clientes que também serão beneficiados pelos

créditos).

Na outra ponta, é importante que sejam avaliados os impactos nos custos de aquisição dos insumos utilizados pela empresa-alvo e seus impactos no fluxo de caixa.

Assim, avaliadores e potenciais investidores devem estar atentos aos impactos do novo sistema tributário do consumo, inclusive sobre créditos que serão extintos, reflexos da nova mecânica de formação de preços e creditamento do IBS e da CBS. Para mitigar as incertezas deste momento, é crucial acompanhar as tendências no processo legislativo e a regulamentação que virá nas leis complementares a serem editadas pelo Congresso, possivelmente ainda em 2024.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2024/05/como-a-reforma-tributaria-pode-afetar-a-avaliacao-de-empresas-em-processos-de-fusoes-e-aquisicoes.shtml>**

# Cresce a taxa de deputados que veem governo com chances 'baixas' de aprovar suas pautas, diz Genial/Quaest

Nova pesquisa realizada pela Quaest com uma amostra de 183 deputados federais revela que aumentou a proporção de integrantes da Câmara que veem o governo Lula com chances "baixas" de aprovar suas pautas no Congresso. O levantamento indica que, em relação a agosto do ano passado, subiu de 37% para 47% a taxa de deputados que consideram haver essa dificuldade, enquanto o percentual dos que veem chances "altas" de aprovação das agendas do governo baixou de 56% para 47% no período.

Mesmo entre deputados que se dizem governistas, grupo que naturalmente tem um olhar mais pró-governo, aumentou o percentual dos que afirmam ser baixas as chances de o Executivo aprovar suas propostas: a taxa passou de 10% para 27%. Nessa parcela de deputados da base governista, baixou de 87% para 71% os que veem boas condições de o Congresso avaliar os projetos enviados pela gestão Lula.

Pelo termômetro da Câmara, o projeto do governo tido com maior probabilidade de passar é a **reforma tributária**. São 58% dos deputados entrevistados que afirmaram ser "provável" que a regulamentação do pacote de alterações nas regras para cobrança de **impostos** no país seja aprovada. Já as medidas apontadas como mais "improváveis", dentre as que foram testadas pela Quaest, são o PL das Redes sociais (45% não acham que avança), a reforma administrativa (42%), e a PEC do Quinquênio (40%).

Há hoje um grupo maior de deputados (43%) que consideram ruim a relação do governo com o Congresso do que aqueles que a acham positiva (33%). Os números se mantiveram estáveis em relação à pesquisa feita em agosto.

Para dois terços dos membros da Câmara (64%), o governo dispensa "menos atenção do que deveria" aos parlamentares, contra 27% que consideram que a atenção dada está na medida certa e 4% que acham que até há exagero. Enquanto entre governistas e deputados declaradamente de oposição houve recuo nas taxas que indicam insatisfação com a pouca atenção dada pelo Planalto, entre os independentes esse percentual subiu de 67% para 83%.

O Planalto tem enfrentado nos últimos meses dificuldades no Congresso por conta da desarticulação de sua base de apoio, cenário que se soma às críticas constantemente direcionadas ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, desafeto público do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Apesar das críticas a Padilha, o ministro responsável pela relação do governo com o Congresso foi o mais apontado como o "interlocutor mais efetivo": 12% dos deputados entrevistados deram esse testemunho espontaneamente. Todos os demais nomes mencionados ficaram empatados na margem de erro estimada de 4,8 pontos percentuais para mais ou menos. Alvos de cobrança de Lula no mês passado, Fernando Haddad (Fazenda) foi citado por 1% dos deputados, enquanto o vice-presidente Geraldo Alckmin não chegou a somar nem 1% das menções.

A pesquisa indica ainda que os deputados federais mudaram de opinião em relação aos rumos do país. Em agosto, 52% achavam que o Brasil está "na direção certa", contra 42% que pensavam o oposto. Os percentuais agora aparecem praticamente invertidos: 52% veem o Brasil na marcha a ré, e 38% acreditam que o país rumo na direção correta.

Essa piora acompanha a percepção geral sobre o próprio governo Lula 3. Para 42%, o desempenho do Executivo federal é negativo, contra 32% que o avaliam como positivo, e 26% que o consideram regular. O índice de desaprovação entre os deputados é superior à média geral da população, em que 33% classificam o trabalho do governo como negativo, conforme a pesquisa divulgada em março pelo instituto.

Contratada pela Genial Investimentos, a Quaest ouviu 183 deputados federais entre 29 de abril e 20 de maio, por meio de entrevistas presenciais e a aplicação de um questionário online. A proporção de deputados entrevistados considera a divisão de cadeiras por região do país. A margem de erro é estimada em 4,8 pontos percentuais para mais ou menos.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2024/05/cresce-a-taxa-de-deputados-que-veem-governo-com-chances-baixas-de-aprovar-suas-pautas-diz-genialquaest.ghtml>**

# Brasil-EUA: Investir em capital humano é essencial para alavancar PIB brasileiro

Dois indicadores dão a dimensão do desafio: o Brasil ocupa o 127º lugar entre 184 países no Índice de Liberdade Econômica e o 49º posto entre as 132 economias no Índice Global de Inovação. A receita para corrigir a rota e transformar o ambiente de negócios brasileiro está longe de ser desconhecida e passa pelas obrigatórias reduções dos entraves legais, econômicos e tributários. Um item menos lembrado dessa agenda, no entanto, precisa ser enfrentado ao mesmo tempo, concordam os especialistas: investir em capital humano.

Sem esse passo definitivo, o investimento de países como os Estados Unidos em áreas que produzem mais resultados no Brasil continuará a tropeçar no mesmo problema. Enquanto medidas como a **Reforma Tributária**, aprovada no Congresso, avançam para tornar esse caminho menos tortuoso, a formação de mão de obra qualificada, capaz de acompanhar as necessidades de um processo de reindustrialização, continua sem entrar na pauta das necessidades mais urgentes.

- Fizemos uma pesquisa sobre a contratação de profissionais para área de tecnologia, e 70% das empresas disseram que têm dificuldade para contratar mão de obra capaz de atender à demanda de transformação digital e tecnologia da informação - diz Fabrizio Panzini, diretor de políticas públicas e relações governamentais da Câmara Americana de Comércio (Amcham).

O retorno desse investimento não virá em curto prazo, mas, ainda assim, é fundamental para atrair e manter o capital interessado em aportar no Brasil.

- Esse é um trem que a gente tem que pegar, até porque, quando você tem investimento na formação de capital humano, o retorno para o **PIB** do país dá resultados exponenciais - afirma Panzini.

O exemplo mais eloquente desse processo também é tão conhecido quanto a receita para mudar o ambiente de negócios na economia brasileira. Em 1980, o **PIB** per capita da Coreia do Sul correspondia a 17,5% do **PIB** per capita dos Estados Unidos, enquanto no Brasil essa proporção era de 39%.

Quarenta anos depois, o **PIB** per capita do país asiático passou a representar 66% do americano,

enquanto o do Brasil recuou para 25,8%.

A virada coreana veio com o investimento maciço em educação, que se transformou em aumento de produtividade e capacidade de inovação. Mas não só.

- Quando se fala da Coreia do Sul, não se pode desconsiderar o que o país promoveu de melhoria institucional para empreender, investir, abrir seu negócio e criar um ambiente de concorrência interna no país - diz o economista e coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, Vladimir Maciel.

Sem essas reformas, a geração de valor de uma cadeia produtiva se perde aos poucos no emaranhado de regras e obstáculos produzidos pelo Estado.

- Tudo o que eu produzo passa por uma cadeia e vai morrendo a cada alíquota de imposto, a cada burocracia que te faz perder tempo, a cada custo de infraestrutura ruim pela qual você paga mais caro - diz o professor do Mackenzie.

O cenário se repete em escala maior para as empresas.

- Você já deve ter escutado isso: o peso da área tributária para uma multinacional americana que opera no Brasil é dez vezes maior do que o da área tributária que ela tem em outros países. Isso é produtividade. É riqueza perdida - afirma Panzini.

A falta de previsibilidade e segurança jurídica agravam o problema para o investidor internacional. Mesmo em áreas em que o Brasil tem posição favorável, o passivo de alterações nas regras no passado é precificado. Segundo Maciel, o investidor olha para o país e vê potencial, mas aí começa, então, a colocar na balança, e ela não pende para o lado do Brasil.

Um passo foi dado com a aprovação da **Reforma Tributária**, em 2023, no Congresso. A alteração no arcabouço da tributação trará efeitos positivos para os principais pilares que abrangem os **impostos** sobre valor agregado e a garantia de não cumulatividade.

- Isso vai desonerar o investimento em exportação e vai reduzir o custo de compliance das empresas - afirma o diretor da Amcham.

A questão agora, segundo Panzini, é regulamentar tudo isso para garantir que esses princípios, de fato ocorram. Ele salienta que há números interessantes mostrando que o Brasil pode crescer, em 15 anos, até 20% do seu **PIB**.

\*Para o Valor

**Site:**

***<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/05/22/brasil-eua-investir-em-capital-humano-e-essencial-para-alavancar-pib-brasileiro.ghtml>***

# Quaest: 43% dos deputados desaprovam relação do governo Lula com Congresso

*Do UOL, em São Paulo*

Pesquisa Quaest divulgada nesta quarta-feira (22) mostra que quatro em cada dez deputados avaliam negativamente a relação com o governo Lula (PT).

Todos os percentuais variaram dentro da margem de erro, na comparação com a primeira rodada da pesquisa, divulgada em agosto de 2023.

O levantamento foi feito com 183 deputados, entrevistados presencialmente e online entre 29 de abril e 20 de maio. A amostra foi definida seguindo a divisão da Câmara por região e o grupo ideológico dos partidos, segundo o instituto.

A margem de erro é 4,8 pontos percentuais para mais ou para menos.

Para 64% dos entrevistados, o governo dá menos atenção do que deveria aos parlamentares, ante 27% que consideram que dá a devida atenção.

Apesar de 77% dizerem que já foram recebidos por ministros, só 44% afirmaram que tiveram seus pedidos atendidos. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, foi apontado como o interlocutor mais efetivo no governo (12%), mas 43% dos deputados disseram não ter um ponto de contato específico com o Executivo federal.

Partidos fazem parte do governo, mas deputados não se consideram governistas -49% responderam que seu partido faz parte do governo, mas um percentual menor, de 39%, se considera alinhado com o governo.

Desencontro é observado em votações na Casa. Catorze partidos integram a base do governo, mas nem todos os deputados votam de acordo com a orientação do Executivo. Levantamento do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) no ano passado mostrou que o União Brasil, por exemplo, rejeita mais propostas do governo que outras siglas declaradamente oposicionistas.

Novas votações devem colocar capacidade de interlocução do governo à prova. Estão previstas para em breve as votações dos vetos presidenciais e dos projetos de lei que vão regulamentar a **reforma tributária**.

Lula cobrou publicamente mais articulação de seus ministros. Em evento no mês passado, ele pediu que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), seja mais ágil, e que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, troque os livros por conversas com parlamentares.

55% responderam que a política econômica do país está indo na direção errada, ante 40% que disseram que está na direção certa. 5% disseram não saber ou não responderam.

Caiu o número de parlamentares que acreditam que o governo vai conseguir aprovar sua agenda. Eram 56% que tinham essa opinião em agosto passado, contra 47% agora.

A **reforma tributária** é o projeto visto com mais chance de aprovação pelos parlamentares (58%), seguida pela regulação de trabalhadores de aplicativos (32%). As propostas vistas como mais improváveis são a do PEC do Quinquênio (17% de aprovação), que aumenta salários de juízes, e a reforma administrativa (13%). Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), anunciou que a PEC do Quinquênio sairá da pauta para avaliação. Ainda não há previsão para nova análise.

Oito em cada dez deputados acreditam que o governo não vai cumprir a meta de déficit zero neste ano, uma promessa de Haddad. No primeiro trimestre, as contas do governo registraram déficit de R\$ 1,5 bilhão.

Há empate técnico na percepção da preocupação do governo com a **inflação**. 54% dos entrevistados disseram que sim, o governo está preocupado, enquanto 44% disseram que não. Como a margem de erro é de 4,8 pontos percentuais para mais ou para menos, as duas visões estão tecnicamente empatadas.

A **inflação** acelerou em abril, mas foi menor que a registrada no mesmo mês no ano passado. O IPCA ficou em 0,38% em abril, acumulando 3,69% em 12 meses. Com isso, está dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais e para menos -entre

1,5% e 4,5%, portanto. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),

Em sua última reunião, o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC cortou a taxa básica de juros, a Selic, pela sétima vez seguida . A Selic passou de 10,75% para 10,5% ao ano. A decisão de cortar apenas 0,25 ponto percentual, porém não foi unânime. Diretores indicados pelo governo Lula votaram por um corte maior, de 0,5 ponto percentual. Críticos do governo Lula viram na divergência um sinal de ingerência política no BC.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/05/22/pesquisa-quaest-relacao-deputados-governo-lula.htm>

# Desenrola chega ao fim com R\$ 53 bi negociados

*I GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA*

O Desenrola Brasil terminou na segunda-feira, beneficiando 15,06 milhões de pessoas com a negociação de R\$ 53,07 bilhões em dívidas - valor que corresponde a 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Segundo o Ministério da Fazenda, foi registrada uma redução de 8,7% da inadimplência entre a população mais vulnerável do País, considerada público prioritário do programa. Deste grupo, foram alcançados 5 milhões de pessoas, com a negociação de R\$ 25,43 bilhões em débitos.

Levantamento do Serasa, citado pela Fazenda, mostra que, de maio de 2023 a março de 2024, caiu de 25,2 milhões para 23,1 milhões o número de pessoas inadimplentes enquadradas na Faixa 1 - que contempla pessoas com renda de até dois salários mínimos ou inscritas no CadÚnico, com dívidas inferiores a R\$ 20 mil (atualizadas).

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Presente de grego para o próximo presidente do BC - ZEINA LATIF

**ZEINA LATIF**

O trabalho dos bancos centrais de manter a inflação baixa ou na meta é influenciado por sua reputação, ou seja, pela crença de que serão capazes de cumprir sua missão. Ocorre que muitos fatores externos afetam essa construção de credibilidade. No Brasil, a política econômica do governo tem jogado contra.

Um termômetro da credibilidade do Banco Central é o comportamento das expectativas inflacionárias, e elas estão aumentando. As projeções de inflação do mercado estão em 3,74% para 2025 e 3,5% para os anos seguintes. Independentemente do seu grau de acerto (na verdade, com frequência os analistas subestimam a inflação), há efeitos práticos da desancoragem das expectativas, como a tendência de repasse mais intenso de aumentos de custos ao consumidor, como mostra a pesquisa de Carlos Carvalho e outros economistas.

Mesmo em meio à queda da inflação corrente, as expectativas para anos futuros pioraram. A percepção de responsabilidade fiscal frouxa e o temor de pressão política sobre o BC são as prováveis razões para isso.

O primeiro movimento foi ainda na transição de governo, com a chamada PEC da Transição, que autorizou o aumento expressivo de gastos públicos (ao menos R\$ 145 bilhões) em 2023. É possível que os ataques do presidente Lula ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, e à autonomia da instituição tenham contribuído para consolidar o movimento. As expectativas de longo prazo saltaram de 3% para 3,5% ao longo de 2023 - chegaram a atingir 4% quando Lula sinalizou que poderia elevar a meta de inflação, o que não ocorreu.

Mais recentemente, as expectativas para 2025 voltaram a subir, movimento que coincidiu com o relaxamento das metas fiscais do governo a partir de 2025, isso depois de iniciativas para elevar as despesas este ano.

A expansão fiscal também eleva o risco inflacionário ao estimular a demanda em ritmo superior à capacidade de ampliação da oferta. É, possivelmente, o que ocorre agora, tanto no setor de serviços como na indústria, cujos níveis de utilização da capacidade instalada estão se aproximando das máximas

históricas, segundo as sondagens da FGV.

O mercado de trabalho aquecido também poderá se tornar um gargalo, elevando o risco inflacionário. Ainda que a taxa de desemprego seja elevada em termos absolutos (o desemprego é estruturalmente alto no Brasil, em boa medida por conta do reduzido capital humano, que afeta a empregabilidade de muitos), nota-se o crescimento dos pedidos de demissão, que é um indicador usual do descompasso entre oferta e demanda de mão de obra. A ideia é que os indivíduos pedem demissão quando identificam elevada probabilidade de se recolocarem tempestivamente e em condições melhores. Ainda, é possível que o Bolsa Família revigorado esteja afetando a oferta de trabalho.

Como resultado, salários crescem em ritmo mais forte, o que poderá alimentar a inflação adiante. A política de valorização do salário mínimo em ritmo superior aos ganhos de produtividade do trabalho coloca mais pressão nos custos das empresas. E muitas delas não andam muito bem das pernas, a julgar pela elevada inadimplência.

Vale comentar que o impulso à demanda vai além daquele contabilizado no resultado primário do governo. Há gastos que correm por fora do orçamento. E o caso daqueles ligados a fundos (alguns da época da pandemia que foram mantidos), como aponta Marcos Mendes. Outra frente é o crédito direcionado, cujo crescimento poderá ser mais um fator a reduzir o espaço para cortes de juros pelo BC.

O maior risco fiscal impacta também a dinâmica nos preços de ativos (juros, dólar e bolsa), aumentando o desafio do BC. A reação dos mercados às turbulências externas recentes foi maior comparativamente a episódios anteriores em 2023. Apesar da melhora posterior dos mercados internacionais, observa-se uma pior performance em comparação a outros emergentes. Nota-se certa rigidez nos preços de ativos em piores patamares. Reverter a deterioração da confiança de investidores exigirá maior esforço do governo para reconquistar o compromisso com a responsabilidade fiscal.

Isoladamente, cada um dos pontos acima pode parecer pouco relevante. Porém, tudo somado, aumenta-se a dificuldade do próximo presidente do BC

em controlar a **inflação**. Ela seria ainda pior se a atual diretoria estivesse sendo ousada no corte dos juros.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Cresce expectativa com juros americanos

**Mário Camera, para o Valor**

No último dia 15, o governo americano informou que a **inflação** teve alta de 0,3% em abril, contra 0,4% em março. O número ficou abaixo das projeções do mercado e animou alguns economistas sobre a possibilidade de uma flexibilização da política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

A taxa básica de juros nos EUA está entre 5,25% e 5,50% desde julho de 2023, numa tentativa do Fed de levar a **inflação** de volta à meta de 2% ao ano - em abril, o índice em 12 meses estava em 3,6%.

- O relatório foi encorajador, e parece que a política (de aumento da taxa de juros) será, em última análise, bem sucedida -disse James Bullard, ex-presidente do Fed de Saint-Louis, durante o Summit Valor Econômico Brazil-USA.

## BOM PARA A ECONOMIA GLOBAL

O economista disse acreditar que a meta de 2% de **inflação** será alcançada em breve, embora não ache que o Fed baixará a taxa de juros antes das eleições presidenciais nos EUA, de novembro.

-Acho que a política será bem-sucedida em última análise, e isso se deve à credibilidade do banco central. A credibilidade do Federal Reserve estava em jogo em 2022. O banco central tinha que mostrar que estava determinado a combater a **inflação**. Acho que fizemos isso, o que é bom para os EUA, mas também para a economia global e o Brasil -disse Bullard.

A crítica ao posicionamento do banco central americano no início da crise inflacionária nos EUA foi apoiada por Kevin Warsh, que também trabalhou no Fed e foi colega de Bullard: - Os EUA também podem fazer um trabalho melhor na liderança da política

monetária. **Inflação** não se deve a pandemias, cadeias de suprimentos ou guerras. A **inflação** é sobre a política do Banco Central.

Para Warsh, as políticas fiscal e monetária americanas passaram a se confundir após a crise financeira de 2008.

-Os EUA têm uma obrigação especial de ter uma política fiscal responsável e uma política monetária responsável. Devo acrescentar que é difícil ter uma

política monetária responsável se a política fiscal parecer irresponsável, e vice-versa -afirmou Warsh.

Presente no debate, Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central, também falou sobre decisões do governo ao ser indagado porque votou pelo corte de 0,5 ponto percentual da Taxa Selic na última reunião do Comitê de Política Monetária:

-Cabe aos diretores colocar a taxa de juros num patamar restritivo suficiente e pelo tempo necessário para que a **inflação** caminhe para a meta.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Expectativas pioram e reduzem espaço para corte de juros (Editorial)

Mesmo após uma ata dura do Comitê de Política Monetária (Copom), afirmando que houve unanimidade de seus membros de que o cenário para a **inflação** havia piorado e o ritmo de corte teria de diminuir, as expectativas inflacionárias continuaram se deteriorando. Para este ano, o IPCA previsto no boletim Focus aumentou de 3,73%, há quatro semanas, para 3,80% agora. No período relevante para a política monetária, 2025, o índice subiu de 3,6% para 3,74%. Ao mesmo tempo, as perspectivas de avanço da economia no ano, que cresciam até a semana passada, tiveram sua primeira inflexão, de 2,09% para 2,05%. Em reunião com diretores do Banco Central, participantes do mercado indicaram que não veem mais espaço para redução de juros, que, pelas projeções de **inflação**, deveriam estacionar em 10,5% este ano.

Um dos principais motivos para a mudança foi a alteração feita pelo governo na meta fiscal de 2025, reduzida de superávit de 0,5% do **PIB** para zero, mostrando menor disposição para cumprimento das regras do novo regime fiscal que ele próprio havia proposto em substituição ao teto de gastos - e em seu primeiro ano de vigência. As previsões sobre as contas fiscais haviam melhorado um pouco e voltaram a subir em 2024 (de déficit de 0,64% para 0,7%). Também começaram a subir para o ano que vem (de 0,6% para 0,63%). Mesmo que não houvesse ajuste, os números novos e os anteriores reiteram a descrença de que as metas fiscais do governo serão atingidas em ambos os exercícios. Com resultados negativos maiores, os juros que o Tesouro terá de pagar para rolar suas dívidas tendem a ser maiores.

A divisão ocorrida no Copom, em linhas que opuseram os indicados pelo governo Lula e os que vieram do governo de Jair Bolsonaro, acabou introduzindo nas expectativas um fator de incerteza latente, mas que não estava plenamente incorporado às análises - a chance de a política monetária ser muito mais frouxa em um BC cujo presidente esteja alinhado com os desejos do Planalto. A **inflação** recua muito mais lentamente há meses porque a política fiscal não é restritiva o suficiente, tendo como resultado que a economia exibe um desempenho que não é compatível com a meta de **inflação** de 3%. Essa interpretação dos investidores fica mais clara no comportamento da **inflação** de serviços, que tem recuado, mas não a ponto de permitir a consecução da

meta.

Cálculos da Instituição Financeira Independente (IFI) mostram que, retirando todos os fatores extraordinários ou não recorrentes de despesas e receitas fiscais, o governo central passou a ter um déficit estrutural de 1,3% do **PIB**. Vários analistas estimam que seria preciso um superávit primário de 1,5% do **PIB** para que a dívida pública em relação ao **PIB** se estabilizasse e depois começasse a cair. Pelos cálculos apresentados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 isso só vai ocorrer, se ocorrer, a partir de 2028, ano para o qual já estão instaladas armadilhas deixadas pelo novo regime que podem pôr o funcionamento do governo em xeque. Com despesas obrigatórias de saúde e educação avançando de acordo com o aumento de receitas, e não com o limite de despesas (máximo de 2,5%), os gastos discricionários do governo cairão a R\$ 43 bilhões em 2028, e não haverá recursos para a máquina pública realizar suas tarefas.

As expectativas fiscais tiveram sua influência sobre a desvalorização do real, ainda que o fator preponderante para isso tenha sido o adiamento do início da redução dos juros pelo Federal Reserve americano. Este fator causou uma saída forte de recursos pelo câmbio financeiro, de US\$ 21 bilhões no primeiro quadrimestre, o segundo pior fluxo da história - o pior foi durante a pandemia, em 2020. Real desvalorizado estimula a **inflação**, ainda que a força do dólar tenha sido contida recentemente.

Apesar desses fatores, as projeções do Focus são contraditórias com as do Banco Central. No cenário de referência de 2025 do Banco Central, que considerou uma Selic de 9,63%, já superior aos 9% antes considerados, o IPCA atingiria 3,6%. O câmbio considerado foi de R\$ 5,15 por dólar. Agora, com uma Selic maior, de 10%, no Focus a **inflação** dá um salto para 3,74% e com uma taxa de câmbio mais modesta, de R\$ 5,05. Mais ainda, boa parte dos analistas acredita que o Banco Central deveria interromper o corte dos juros em 10,5% sob pena de não apenas não atingir os 3%, mas de ver o IPCA se distanciar ainda mais da meta. Projeções de **inflação** acima dos 4% começam a se tornar correntes.

O Banco Central segue em uma situação incômoda, com as expectativas desancoradas e juros muito altos

diante de uma **inflação** de 3,7% e prestes a interromper os cortes. Juros nesse nível piorarão as contas públicas de um governo que só parece fazer questão de ampliar gastos. O início da queda dos juros nos EUA, com arrefecimento do dólar, pode melhorar as expectativas e permitir ajustes adicionais para baixo na Selic, assim como um ritmo menos intenso da economia, que deve predominar no segundo semestre. Seria vital que a política fiscal fosse comedida, mas ainda não há sinais disso.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187880?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187880?page=1&section=1)**

# O desenho fiscal da ajuda federal ao Rio Grande do Sul (Artigo)

*Por Manoel Pires*

Manoel Pires é coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV/Ibre, professor da FGV EPPG e UnB.

A enchente ocorrida no Rio Grande do Sul entrou na lista dos maiores desastres naturais do Brasil e causou uma comoção nacional. Imediatamente, o governo federal se disponibilizou a ajudar com recursos financeiros e apoio logístico sem precedentes para uma catástrofe dessa natureza. A resposta em elaboração pode ser aprimorada, mas fornece elementos para compor um desenho institucional adequado para tragédias climáticas.

Em vários aspectos, as políticas a serem desenhadas se assemelham às implementadas na pandemia. O desemprego na região deverá aumentar e trabalhadores informais não terão como obter suas rendas. Políticas de ampliação do seguro-desemprego e aumento das transferências sociais são importantes para conter o aumento da pobreza que torna as dificuldades sociais maiores.

Há destruição de capital físico público e privado, o que requer recursos para reconstruir infraestrutura pública e financiar a reposição do capital privado. As enchentes destruíram muitos estoques, e as empresas possuem custos fixos. Políticas de crédito subsidiado, suspensão de pagamento de **impostos**, reestruturação de dívidas e reduções de jornada de trabalho serão importantes para reduzir o estrangulamento financeiro das empresas.

A atividade econômica na região sofrerá um baque. A arrecadação dos governos locais cairá no momento em que a pressão por maiores gastos públicos é maior. Haverá maior pressão por gastos com saúde e maiores custos com serviços públicos básicos. Haverá demanda por uma nova política habitacional e uma nova forma de lidar com cheias na região. O governo federal deverá repor parte dessas perdas fiscais.

A atuação federal tem sido tempestiva e apropriada. O Congresso Nacional aprovou um Projeto de Decreto Legislativo declarando calamidade pública até 31 de dezembro de 2024 para excluir da meta fiscal as despesas e renúncias fiscais associadas à tragédia. O Congresso também aprovou dois PLN"s que alteram a

LDO para executar prioritariamente emendas parlamentares da região e remanejar recursos para cidades em situação calamitosa.

O governo federal editou uma Medida Provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 12,2 bilhões para ações imediatas e suspendeu o pagamento das dívidas do governo do Estado do RS por três anos, que não será corrigida nesse período, com custo fiscal estimado em R\$ 23 bilhões.

O governo anunciou a antecipação de benefícios sociais para a região, aumento das parcelas do seguro-desemprego e estuda opções para ampliar transferências de renda para as famílias mais pobres. Recursos para políticas públicas de crédito com aportes em fundos públicos estão em andamento.

Há necessidade de definir o volume de recursos que serão transferidos para os governos locais a partir das perdas fiscais envolvidas. O papel de cada esfera federativa na reconstrução permitirá estabelecer mecanismos de controle social adequados e as responsabilidades de cada ente da federação.

De acordo com um estudo do FMI, o custo médio de 29 episódios associados às tragédias naturais é estimado em 1,5% do **PIB**, com grande variabilidade a depender da intensidade da crise. Os custos indiretos são mais elevados do que os custos diretos, mas os valores são relacionados aos impactos do evento e ao vínculo que os governantes e a opinião pública desenvolvem com a tragédia.

Os problemas fiscais do país são amplamente conhecidos: fragilidades da base de tributação, **previdência social**, vinculações à receita que pressionam o arcabouço fiscal e as taxas de juros elevadas causam maior endividamento. Assim, muitos analistas expressam preocupação recomendando cautela nos gastos. Mas qualquer intervenção pública deve ser eficiente e racional. O aspecto principal da questão está em entender os impedimentos para alcançar os objetivos desejados e, a partir daí, criar uma estrutura institucional capaz de atender ao interesse público.

A segregação do orçamento para as políticas extraordinárias é correta, pois separa os problemas. Mantém o debate estrutural das finanças públicas a

cargo da equipe econômica e confere agilidade, flexibilidade e maior transparência para apoiar o RS. Nesse sentido, é importante estabelecer a governança e as demais regras orçamentárias para esse novo processo orçamentário em curso.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187880?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187880?page=1&section=1)**

Durante a pandemia, houve amplo uso de créditos extraordinários o que funcionou bem no primeiro momento. Com o passar do tempo o instrumento se inviabilizou, pois, a pandemia havia se tomado um evento previsível e os créditos extraordinários perderam sua prerrogativa de uso. A falta de um instrumento apropriado causou insegurança jurídica, atraso na definição das políticas sociais e desvios das regras fiscais. Essa situação deve ser evitada, pois a reconstrução do RS levará alguns anos, razão pela qual é preciso ter um conjunto de regras mais claro e perene.

As ações orçamentárias deveriam ter supervisão específica. Muitos recursos federais serão transferidos para municípios que não estão habituados a lidar com um volume de obras tão grande. Para agilizar as contratações públicas, alguns procedimentos devem ser simplificados. Estrutura de apoio técnico, monitoramento e prestação de contas devem ser reforçadas e realizadas de forma tempestiva. Tal estrutura deve ser compartilhada com outros poderes, pois haverá muito aprendizado para o futuro.

A proposta de criar uma estrutura ministerial específica para a situação é coerente. É necessário ter uma equipe que conheça as necessidades da região com capacidade de interlocução e acesso às principais lideranças políticas do governo federal para definir diretrizes de atuação, coordenar as ações para evitar sobreposições nas políticas públicas, viabilizar novos recursos e negociá-los com o Congresso Nacional. Pode ser um embrião de uma Autoridade Nacional que prepare o país para se proteger dos riscos climáticos.

A Lei 12.351 de 2010 criou o Fundo Social prevendo o uso de recursos da exploração do petróleo na camada do pré-sal para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Esse dispositivo poderia ser ampliado para outras atividades de exploração de recursos naturais para compensar o impacto ambiental negativo que causam.

A crise do RS ressaltou a importância de lidar com o orçamento público de uma forma diferente. As ações anunciadas estão na direção correta, mas são reativas. As autoridades políticas do país precisam tratar esse tema com a devida importância e reorganizar os recursos públicos e nossas estruturas orçamentárias para um novo mundo em que tais eventos não devem mais ser tratados como um mero acaso.